



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista Judiciário**

**Área Administrativa**

Caderno de Prova, Cargo C03, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto que segue.

**Da ação dos justos**

*Em recente entrevista na TV, uma conhecida e combativa juíza brasileira citou esta frase de Disraeli\*: “É preciso que os homens de bem tenham a audácia dos canalhas”. Para a juíza, o sentido da frase é atualíssimo: diz respeito à freqüente omissão das pessoas justas e honestas diante das manifestações de violência e de corrupção que se multiplicam em nossos dias e que, felizmente, têm chegado ao conhecimento público e vêm sendo investigadas e punidas. A frase propõe uma ética atuante, cujos valores se materializem em reação efetiva, em gestos de repúdio e medidas de combate à barbárie moral. Em outras palavras: que a desesperança e o silêncio não tomem conta daqueles que pautam sua vida por princípios de dignidade.*

*Como não concordar com a oportunidade da frase? Normalmente, a indignação se reduz a conversas privadas, a comentários pessoais, não indo além de um mero discurso ético. Se não transpõe o limite da queixa, a indignação é impotente, e seu efeito é nenhum; mas se ela se converte em gesto público, objetivamente dirigido contra a arrogância acanhada, alcança a dimensão da prática social e política, e gera conseqüências.*

*A frase lembra-nos que não costuma haver qualquer hesitação entre aqueles que se decidem pela desonestidade e pelo egoísmo. Seus atos revelam iniciativa e astúcia, facilitadas pela total ausência de compromisso com o interesse público. Realmente, a falta de escrúpulo aplaina o caminho de quem não confronta o justo e o injusto; por outro lado, muitas vezes faltam coragem e iniciativa aos homens que conhecem e mantêm viva a diferença entre um e outro. Pois que estes a deixem clara, e não abram mão de reagir contra quem a ignore.*

*A inação dos justos é tudo o que os contraventores e criminosos precisam para continuar operando. A cada vez que se propagam frases como “Os políticos são todos iguais”, “Brasileiro é assim mesmo” ou “Este país não tem jeito”, promove-se a resignação diante dos descabros. Quem vê a barbárie como uma fatalidade torna-se, ainda que não o queira, seu cúmplice silencioso.*

\* Benjamin Disraeli, escritor e político britânico do século XIX.

(Aristides Villamar)

1. A frase de Disraeli, tal como é entendida e desenvolvida no texto, reporta-se à necessidade de que
  - (A) os homens de bem e os canalhas se congracem na mesma audácia.
  - (B) a intempestividade dos homens honestos supere a dos desonestos.
  - (C) a ousadia dos bons cidadãos não fique atrás da dos patifes.
  - (D) o atrevimento dos desclassificados coíba o dos justos.
  - (E) os cidadãos honestos e os meliantes distingam entre o bem e o mal.

2. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. Às escandalosas práticas dos canalhas deve corresponder uma reação objetiva, que tenha envergadura social e peso político.
  - II. Os homens de virtude não confrontam o que é justo e o que é injusto porque sabem relativizar o valor do bem e o do mal.
  - III. Do quarto parágrafo depreende-se que certas frases do senso comum induzem à complacência com as ações mais nefastas.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

  - (A) I e II, somente.
  - (B) I e III, somente.
  - (C) II e III, somente.
  - (D) III, somente.
  - (E) I, II e III.

3. Considerando-se o contexto, as expressões
  - (A) *freqüente omissão* e *ética atuante* referem-se a distintas condutas, atinentes aos homens de bem.
  - (B) *barbárie moral* e *princípios de dignidade* são análogas, e referem-se aos homens indignos.
  - (C) *inação dos justos* e *freqüente omissão* estabelecem entre si a oposição que se verifica entre os justos e os canalhas.
  - (D) *dimensão da prática social e política* e *a arrogância acanhada* representam, respectivamente, uma causa e seu efeito.
  - (E) *iniciativa e astúcia* e *cúmplice silencioso* referem-se aos contraventores e aos criminosos.

4. Quem propaga frases como as citadas entre aspas no último parágrafo parece admitir que
  - (A) a resignação é vencida por uma ética atuante.
  - (B) a cumplicidade silenciosa é o mal maior.
  - (C) o discurso ético é o primeiro passo para a moralização.
  - (D) não se deve abrir mão de uma reação ética.
  - (E) os descabros fazem parte da nossa natureza.

5. É exemplo de construção verbal na voz passiva:
  - (A) *Como não concordar com a oportunidade da frase?*
  - (B) *Se não transpõe o limite da queixa(...)*
  - (C) *(...) pautam sua vida por princípios de dignidade.*
  - (D) *(...) vêm sendo investigadas e punidas.*
  - (E) *(...) não indo além de um mero discurso ético.*

<p>6. Quanto às normas de concordância verbal, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Mais gente, assim como o fez a juíza brasileira, deveriam ponderar as sábias palavras que escolheu Disraeli para convocar a ação dos justos.</p> <p>(B) A muitas pessoas incomodam reconhecer que sua omissão diante da barbárie as torna cúmplices silenciosas dos contraventores e criminosos.</p> <p>(C) É comum calarmos diante dos descabimentos a que costumam dar destaque o noticiário da imprensa, e acabamos, assim, por consenti-los.</p> <p>(D) Quando não se opõem à ação do homem acanhalado, quando ocorre essa grave omissão, os homens justos deixam de fazer valer seu peso político.</p> <p>(E) Se tivessem havido firmes reações aos descabimentos dos canalhas, estes não desfrutariam, com sua falta de escrúpulo, de um caminho já aplainado.</p>	<p>10. Quanto à forma dos verbos e à correlação entre os tempos e os modos empregados, está inteiramente correta a frase:</p> <p>(A) Se não transpor o limite da queixa, a indignação será impotente e se reduziria a conversas privadas.</p> <p>(B) A inação dos justos será tudo o que os contraventores e criminosos sempre quiseram para ter seu caminho bem aplainado.</p> <p>(C) Caso não transpusesse o limite da queixa, a indignação seria impotente, reduzindo-se a conversas privadas.</p> <p>(D) Quem doravante ver a barbárie como uma fatalidade, saiba que, ainda que não o quisesse, estaria sendo seu cúmplice silencioso.</p> <p>(E) Caso seja visto como uma fatalidade, a barbárie teria como cúmplices silenciosos os que assim a considerariam.</p>
<p>7. Considerando-se o contexto do terceiro parágrafo, na frase <i>Pois que estes a deixem clara</i>, os pronomes <u>estes</u> e <u>a</u> estão se referindo, respectivamente, a:</p> <p>(A) <i>um e outro / a diferença.</i></p> <p>(B) <i>os homens / a diferença.</i></p> <p>(C) <i>desonestidade e egoísmo / iniciativa.</i></p> <p>(D) <i>os homens / iniciativa.</i></p> <p>(E) <i>o justo e o injusto / iniciativa.</i></p>	<p>11. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) A indignação de muita gente não transpõe na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas e assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso, que não leva à ação.</p> <p>(B) A indignação de muita gente, não transpõe, na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas, e assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.</p> <p>(C) A indignação, de muita gente, não transpõe na maioria dos casos o âmbito das conversas privadas, e assim os valores éticos acomodam-se, no plano raso de um discurso, que não leva à ação.</p> <p>(D) A indignação de muita gente não transpõe, na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas, e, assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.</p> <p>(E) A indignação de muita gente, não transpõe, na maioria dos casos o âmbito das conversas privadas, e, assim, os valores éticos, acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.</p>
<p>8. Os segmentos destacados constituem, respectivamente, uma causa e sua consequência em:</p> <p>(A) <i>Para a juíza, / o sentido da frase é atualíssimo.</i></p> <p>(B) <i>Pois que estes a deixem clara / e não abram mão de reagir contra quem a ignore.</i></p> <p>(C) <i>Normalmente, a indignação se reduz / a conversas privadas (...)</i></p> <p>(D) <i>A frase lembra-nos / que não costuma haver qualquer hesitação (...)</i></p> <p>(E) <i>Quem vê a barbárie como uma fatalidade / torna-se (...) seu cúmplice silencioso.</i></p>	<p>12. Se há iniciativa e astúcia na ação do homem injusto, não <u>há iniciativa e astúcia</u> no bom cidadão que, apesar de indignado, <u>não confere à iniciativa e à astúcia</u> o mesmo valor que o mau <u>reconhece na iniciativa e na astúcia</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados por, respectivamente,</p> <p>(A) há elas - não as confere - reconhece nelas.</p> <p>(B) as há - não lhes confere - nelas reconhece.</p> <p>(C) as há - não confere-lhes - as reconhece.</p> <p>(D) há as mesmas - não lhes confere - reconhece-lhes.</p> <p>(E) há estas - não as confere - nelas reconhece.</p>
<p>9. Está clara, correta e coerente a redação da frase:</p> <p>(A) Por considerar oportuna a frase de Disraeli, a combativa juíza citou-a, num programa de TV, referindo-se à desenvoltura com que agem os malfeitores.</p> <p>(B) É tamanha a desenvoltura que se investem os malfeitores, que a ousada juíza não hesitou de citar uma frase de Disraeli na TV a propósito desse tema tão atual.</p> <p>(C) Em vista de ser tão atual a propagação das ações de má fé, a destemida juíza entendeu por bem de citar na TV uma frase de Disraeli, em cuja percebe um vivo sentido.</p> <p>(D) Há frases, como a de Disraeli, que falam da atualidade desenvolta com cuja costumam agir os canalhas, por isso a valorosa juíza citou-a, com tal propósito, num programa de TV.</p> <p>(E) Os canalhas têm grande ousadia, segundo Disraeli, por isso a combativa juíza citou-a, num programa de TV, ao considerar na oportunidade o quanto a mesma é atual.</p>	

<p>13. Está adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) A resignação diante dos descalabros é uma reação <u>de cujos</u> efeitos só trazem benefícios aos maus cidadãos.</p> <p>(B) A firme reação dos justos será uma surpresa <u>de que</u> os desonestos jamais estarão preparados.</p> <p>(C) A desonestidade e o egoísmo são defeitos <u>de cujos</u> nenhum contraventor se envergonha.</p> <p>(D) Os princípios de dignidades <u>aos quais</u> o homem honesto vê uma prioridade devem transformar-se em ação.</p> <p>(E) A inação dos justos é uma condição <u>com que</u> contam os desonestos para continuar operando.</p>	<p>17. Justificam-se <b>ambas</b> as ocorrências do sinal de crase em:</p> <p>(A) Na entrevista que concedeu à TV, a juíza recorreu à uma frase de Disraeli.</p> <p>(B) A frase à que se reportou a juíza diz respeito à distinções éticas.</p> <p>(C) Faltam audácia e iniciativa à quem deveria propor-se às ações afirmativas.</p> <p>(D) Não se abra àqueles inescrupulosos o campo favorável à impunidade.</p> <p>(E) A comunidade dos justos assiste à obrigação de dar combate à tal ousadia.</p>
<p>14. Que os homens de bem deixem sempre clara a diferença entre o que é justo e o que é injusto, e <u>não abram mão de reagir contra quem a ignore.</u></p> <p>Não haverá prejuízo para o sentido e a correção da frase acima caso se substitua o segmento sublinhado por:</p> <p>(A) não se disponham de combater quem a desconheça.</p> <p>(B) não renunciem de combater àquele que nela se omite.</p> <p>(C) não deixem de se opor a quem não a leve em conta.</p> <p>(D) não renunciem em combater quem lhe finge desconhecimento.</p> <p>(E) não se furtem em tripudiar sobre quem a menospreze.</p>	<p>18. Na frase <i>Quem vê a barbárie como uma fatalidade torna-se, ainda que não o queira, seu cúmplice silencioso</i>, o pronome sublinhado refere-se ao segmento</p> <p>(A) <i>quem vê a barbárie.</i></p> <p>(B) <i>como uma fatalidade.</i></p> <p>(C) <i>torna-se, ainda que.</i></p> <p>(D) <i>queira (...) cúmplice silencioso.</i></p> <p>(E) <i>torna-se (...) seu cúmplice silencioso.</i></p>
<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do <b>plural</b> para preencher de modo correto a lacuna da frase:</p> <p>(A) Se a cada um de nós efetivamente ..... (<b>perturbar</b>) os que agem mal, a impunidade seria impossível.</p> <p>(B) .....-se (<b>dever</b>) aos homens de ação o aperfeiçoamento estrutural de uma sociedade.</p> <p>(C) Nas palavras dos piores contraventores ..... (<b>costumar</b>) haver insolentes alusões à moralidade.</p> <p>(D) Aos bons cidadãos não ..... (<b>ocorrer</b>) que os maus contam com o silêncio da sociedade para seguirem sendo o que são.</p> <p>(E) Aqueles de quem não ..... (<b>advir</b>) qualquer reação contra os desonestos acabam estimulando a corrupção.</p>	<p>19. Estão corretos o emprego e a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) A corrupção só se extingue ou diminui quando os justos intervêm para que as boas causas prevaleçam.</p> <p>(B) Os homens que usufruem de vantagens a que não fazem jus cultivam a hipocrisia de propalar discursos moralizantes.</p> <p>(C) Contra tantos canalhas audases há que haver a reação dos que têm a probidade como um valor inerente ao exercício da cidadania.</p> <p>(D) Há uma inestrutível correlação entre a apatia dos bons cidadãos e a desenvoltura com que agem os foras-da-lei.</p> <p>(E) Depende-se que houve êxito das iniciativas dos homens de bem quando os prevaricadores sentiram cerceada sua área de atuação.</p>
<p>16. <i>Seus atos revelam iniciativa e astúcia, facilitadas pela total ausência de compromisso com o interesse público.</i></p> <p>Caso se queira reconstruir a frase acima, iniciando-a por <b>A total ausência de compromisso com o interesse público</b>, uma complementação correta e coerente poderia ser:</p> <p>(A) revela-se na iniciativa e na astúcia facilitadas por seus atos.</p> <p>(B) revelam-se como iniciativa e astúcia, cujos atos são facilitados.</p> <p>(C) facilita a iniciativa e a astúcia, que se revelam em seus atos.</p> <p>(D) tem seus atos facilitados, por revelarem iniciativa e astúcia.</p> <p>(E) facilitam os atos que tanto a iniciativa como a astúcia revelam.</p>	<p>20. Considerando-se o contexto, a palavra sublinhada em <i>Como não concordar com a <u>oportunidade</u> da frase?</i> tem sentido equivalente ao da expressão sublinhada em:</p> <p>(A) Sua colaboração chegou no <u>momento azado</u>.</p> <p>(B) Impressionou-o o <u>indômito oportunismo</u> com que agia seu adversário.</p> <p>(C) <u>Na eventualidade</u> de um ato ilegal, impõe-se uma sindicância.</p> <p>(D) Ela estranhou o <u>extemporâneo interesse</u> do amigo.</p> <p>(E) Eles sempre agiram <u>em conformidade</u> com a lei.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Executado o contrato administrativo decorrente de concorrência, o seu objeto será recebido, definitivamente, em se tratando de obras,
- (A) pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até quinze dias da comunicação escrita do contratado.
  - (B) por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante recibo, firmado pelas partes, após o decurso do prazo de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
  - (C) por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, firmado pelas partes, após o decurso do prazo de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
  - (D) pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até trinta dias da comunicação escrita do contratado.
  - (E) pela autoridade contratante, mediante termo circunstanciado, firmado pelas partes, após cinco dias do prazo em que foi entregue o objeto.

22. Considerando o disposto na Lei nº 9.784/99, é correto que
- (A) a norma administrativa deve ser interpretada da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.
  - (B) o interessado terá, encerrada a instrução, o direito de manifestar-se no prazo máximo de quinze dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.
  - (C) entidades são as unidades de atuação integrantes da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.
  - (D) o indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.
  - (E) os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de cinco dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.

23. Sobre licitação, considere:
- I. A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
  - II. Nos casos em que couber tomada de preços, a Administração poderá utilizar o convite e, em qualquer caso, a concorrência.
  - III. O prazo mínimo entre a publicação do resumo do edital do concurso até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de quarenta e cinco dias.
  - IV. Subordinam-se ao regime da Lei de Licitações (8.666/93), além dos órgãos da administração direta, somente as autarquias, as fundações públicas e as empresas públicas.
- Está INCORRETO o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) I, III e IV.
  - (C) II e III.
  - (D) II e IV.
  - (E) III e IV.

24. Em se tratando de licitação na modalidade pregão, é INCORRETO que
- (A) na fase preparatória do pregão seja observada a definição do objeto com precisão, de forma clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.
  - (B) qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, logo após ter sido declarado o vencedor, quando lhe será concedido o prazo de cinco dias para apresentação das razões do recurso.
  - (C) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.
  - (D) no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
  - (E) os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

25. O agente público que comete ato de improbidade administrativa consistente em perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza, estará, dentre outras, sujeito às seguintes cominações:
- (A) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos.
  - (B) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de cinco a dez anos e proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de dez anos.
  - (C) ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e pagamento de multa civil de até três vezes o valor do dano.
  - (D) ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos e pagamento de multa civil de até três vezes o valor do dano.
  - (E) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de dez anos.

26. Nos termos da Lei nº 8.112/90, NÃO é proibido ao servidor público, entre outras condutas,
- (A) ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
  - (B) cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, quando se tratar de situações de emergência e transitórias.
  - (C) promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição.
  - (D) recusar fé a documentos públicos.
  - (E) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

27. Quanto ao regime jurídico dos servidores públicos, considere:

- I. Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
- II. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros natos, são criados por lei ou decreto, para provimento exclusivo em caráter efetivo.
- III. São requisitos básicos para investidura em cargo público, dentre outros, a idade mínima de 21 anos.
- IV. A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação do servidor, quando publicada no Diário Oficial da União.
- V. A nomeação far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e V.
- (E) I, II e IV.

28. No que concerne ao Conselho Nacional de Justiça, pode-se afirmar que

- (A) será presidido pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.
- (B) é composto por onze membros, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (C) o Ministro do Supremo Tribunal Federal exercerá a função de Ministro-Corregedor.
- (D) os seus membros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (E) junto ao Conselho oficialão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

29. O pluralismo político é um dos

- (A) princípios da administração pública direta e indireta.
- (B) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (C) fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (D) princípios norteadores da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- (E) direitos sociais assegurados pela Constituição Federal do Brasil.

30. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo,

- (A) onze juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (B) nove juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (C) onze juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (D) sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (E) sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.

31. Considere as seguintes assertivas sobre o Processo Legislativo.

- I. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- II. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.
- III. Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos do veto.
- IV. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

<p>32. No que concerne aos orçamentos, de acordo com a Constituição Federal de 1988 é certo que</p> <p>(A) a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei ordinária.</p> <p>(B) cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.</p> <p>(C) o Poder Executivo publicará, até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.</p> <p>(D) caberá a uma Comissão permanente de Senadores examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.</p> <p>(E) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem podem ser aprovadas ainda que não sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.</p>	<p>35. Considere as seguintes assertivas a respeito da remuneração:</p> <p>I. Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.</p> <p>II. Não integram o salário as comissões, percentagens e gratificações ajustadas.</p> <p>III. Considera-se gorjeta apenas a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado.</p> <p>IV. Incluem-se nos salários as ajudas de custo e abonos pagos pelo empregador.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>33. A Emenda Constitucional nº 45 incluiu mais dois legitimados à propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal no rol estabelecido expressamente pela Constituição da República Federativa do Brasil. Um desses dois novos legitimados é</p> <p>(A) Presidente de Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(B) Presidente do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>(C) Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.</p> <p>(D) Presidente de Tribunal Regional do Trabalho.</p> <p>(E) Partido Político com Representação no Congresso Nacional.</p>	<p>36. Considera-se hipótese de suspensão do contrato de trabalho</p> <p>(A) o afastamento do trabalho até três dias consecutivos em virtude de casamento.</p> <p>(B) os intervalos intrajornadas remunerados.</p> <p>(C) o afastamento do trabalho por motivo de doença, até 15 dias.</p> <p>(D) a participação pacífica em greve sem o recebimento de salário.</p> <p>(E) o período em que o empregado estiver em gozo de férias.</p>
<p>34. No que se refere à arguição de descumprimento de preceito fundamental é correto afirmar que</p> <p>(A) ela não será admitida quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.</p> <p>(B) em regra, o pedido de medida liminar pode ser deferido pelo Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria simples de seus membros.</p> <p>(C) os legitimados à propositura de arguição de preceito fundamental não são os mesmos da ação direta de inconstitucionalidade.</p> <p>(D) a decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido é irrecorrível, mas poderá ser objeto de ação rescisória.</p> <p>(E) da decisão de indeferimento da petição inicial caberá Reclamação ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, no prazo de dez dias, na forma de seu Regimento Interno.</p>	<p>37. Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, com relação ao aviso prévio é certo que:</p> <p>(A) A falta de aviso prévio por parte do empregado não dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.</p> <p>(B) A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.</p> <p>(C) Não é devido o aviso prévio na despedida indireta, por expressa vedação legal.</p> <p>(D) O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, exceto se recebeu antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso.</p> <p>(E) Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva de imediato, independentemente de expirado o respectivo prazo.</p>

<p>38. A habitação e alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder</p> <p>(A) 50% do salário contratual.          (B) 50% e 30% do salário contratual, respectivamente.          (C) 30% e 50% do salário contratual, respectivamente.          (D) 25% e 20% do salário contratual, respectivamente.          (E) 20% e 25% do salário contratual, respectivamente.</p>	<p>42. Mario é representante dos empregados membro suplente de Comissão de Conciliação prévia. Neste caso,</p> <p>(A) é vedada a dispensa de Mário desde o registro de sua candidatura até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave.          (B) não será vedada a dispensa de Mário porque só é vedada a dispensa de membro titular de Comissão de Conciliação prévia.          (C) é vedada a dispensa de Mário desde de sua eleição até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave.          (D) é vedada a dispensa de Mário desde de sua eleição até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave.          (E) é vedada a dispensa de Mário desde o registro de sua candidatura até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave.</p>
<p>39. Em regra, o FGTS NÃO poderá ser levantado</p> <p>(A) na suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 dias.          (B) quando o trabalhador completar 70 anos de idade.          (C) no caso de rescisão contrato de trabalho por culpa recíproca.          (D) no caso de dependente do trabalhador ser portador do vírus HIV.          (E) quando ocorrer mudança do regime celetista para estatutário.</p>	
<p>40. Considere as seguintes assertivas a respeito das Convenções Coletivas de Trabalho:</p> <p>I. As Convenções Coletivas de Trabalho são atos formais que devem ser necessariamente escritas, sendo impossível que venham a ser feitas verbalmente.          II. As Convenções Coletivas de Trabalho deverão conter obrigatoriamente penalidades para os Sindicatos convenientes, os empregadores e as empresas em caso de violação de seus dispositivos.          III. Em regra, não será permitido estipular convenção coletiva de trabalho com duração superior a um ano.          IV. As Convenções Coletivas de Trabalho deverão conter obrigatoriamente disposições sobre o processo de revisão total ou parcial de seus dispositivos.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.          (B) I, II e III.          (C) I, II e IV.          (D) II, III e IV.          (E) III e IV.</p>	<p>43. Com relação à equiparação salarial é certo que</p> <p>(A) para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego e não na função.          (B) para efeitos de equiparação salarial o nome dado à função pelo empregador possui grande relevância.          (C) trabalho de igual valor é o que for feito com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não seja superior a 3 anos.          (D) a melhor formação técnica do paradigma ou sua melhor escolaridade são fatores que impedem a equiparação salarial.          (E) é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, que pode ser avaliado por sua perfeição técnica.</p>
<p>41. Maria e João são empregados rurais. Maria trabalha na lavoura e João trabalha na pecuária. Maria e João terão direito ao adicional noturno no período das</p> <p>(A) 21 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte e 20 horas de um dia às 4 horas do dia seguinte, respectivamente.          (B) 20 horas de um dia às 4 horas do dia seguinte, por expressa determinação legal.          (C) 20 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte, por expressa determinação legal.          (D) 20 horas de um dia às 4 horas do dia seguinte e 19 horas de um dia às 3 horas do dia seguinte, respectivamente.          (E) 19 horas de um dia às 4 horas do dia seguinte e 21 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte, respectivamente.</p>	<p>44. O adicional de periculosidade</p> <p>(A) será de 30% sobre o salário básico do empregado, com os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.          (B) pago com habitualidade integra o FGTS, o 13º salário, o aviso prévio, às férias e a indenização.          (C) não é devido aos empregados que operam bomba de gasolina por expressa vedação legal.          (D) será de 30% sobre o salário mínimo, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.          (E) poderá ser concedido concomitantemente com o adicional de insalubridade, desde que o empregado trabalhe em condições insalubres e perigosas.</p>

45. Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas de um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período
- (A) máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
- (B) máximo de dois anos, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
- (C) máximo de dois anos, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de doze horas diárias.
- (D) máximo de seis meses, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
- (E) livremente estipulado no acordo ou convenção coletiva, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de doze horas diárias.

46. Considere as seguintes assertivas a respeito da alteração do contrato individual de trabalho:
- I. O empregador poderá fazer, unilateralmente, ou em certos casos especiais, pequenas modificações no contrato de trabalho que não venham a alterar significativamente o pacto laboral, nem importem prejuízo ao operário.
- II. A transferência do empregado é considerada alteração lícita no contrato de trabalho, ocorrendo ou não mudança de residência do obreiro.
- III. O empregador que sempre recebeu salário em dinheiro pode, por ato unilateral do empregador, passar a receber salário misto, sendo parte em dinheiro e parte em utilidades, uma vez que não há prejuízos ao obreiro em razão da não redução salarial.
- IV. Os salários não poderão ser reduzidos, salvo se houver negociação com o sindicato profissional, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

47. Mario ingressou com reclamação trabalhista em face da empresa X e teve sua reclamação julgada procedente. A empresa X pretende ingressar com Recurso Ordinário para a segunda instância. Considerando que a sentença foi publicada no Diário Oficial no dia 04 de Maio de 2007 (sexta-feira), o prazo para interposição do respectivo recurso expirou-se em
- (A) 11 de Maio de 2007 (sexta-feira).
- (B) 14 de Maio de 2007 (segunda-feira).
- (C) 16 de Maio de 2007 (quarta-feira).
- (D) 18 de Maio de 2007 (sexta-feira).
- (E) 21 de Maio de 2007 (segunda-feira).

48. Considere as seguintes assertivas a respeito das custas processuais:
- I. Nos dissídios individuais as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% e serão calculadas, no caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória, sobre o valor da causa.
- II. Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá à parte reclamada em sua integralidade.
- III. São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que explorem atividade econômica.
- IV. Nos dissídios coletivos, as partes vencidas responderão solidariamente pelo pagamento das custas, calculadas sobre o valor arbitrado na decisão, ou pelo Presidente do Tribunal.
- De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

49. A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes,
- (A) pelo sindicato representante da categoria do reclamante e, na falta deste, será obrigatoriamente nomeado em juízo um curador.
- (B) pela Procuradoria da Justiça do Trabalho e pelo Ministério Público estadual detentores da legitimidade exclusiva, por expressa determinação legal.
- (C) será nomeado em juízo um curador, que possuirá a legitimidade exclusiva substitutiva dos representantes legais.
- (D) pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo detentores da legitimidade exclusiva, por expressa determinação legal.
- (E) pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.

50. Com relação aos Recursos é correto afirmar:
- (A) Não se admitirá agravo de petição do despacho que determinou ou não a perícia contábil.
- (B) Caberá recurso ordinário para unificação da interpretação jurisprudencial das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) O recurso de revista será conhecido na hipótese da decisão do juízo a quo resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência não abranger a todos.
- (D) O recurso de revista é requerido ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho competente, bem como suas razões a ele serão dirigidas.
- (E) Não caberá recurso ordinário das decisões que extinguem o processo sem julgamento do mérito.

<p>51. A respeito do procedimento sumaríssimo previsto na Lei nº 9.957/2000, é correto afirmar:</p> <p>(A) Cada uma das partes poderá arrolar até três testemunhas, que comparecerão à audiência independentemente de intimação.</p> <p>(B) Em regra, só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.</p> <p>(C) A sentença prescinde de fundamentação, mas deverá conter minucioso relatório do processo.</p> <p>(D) Nas reclamações trabalhistas sujeitas a esse tipo de procedimento não caberá recurso.</p> <p>(E) As demandas que o adotarem serão instruídas e julgadas em três audiências, respectivamente de conciliação, instrução e julgamento.</p>	<p>54. No que se refere ao orçamento público, considere:</p> <p>I. A discriminação das receitas e das despesas deve ser feita por unidade administrativa, de tal forma que se possa saber quanto poderá render ou despesar cada unidade considerada.</p> <p>II. A recomendação de que todas as receitas e todas as despesas devem ser incluídas no orçamento, com a eliminação de qualquer vinculação entre umas e outras.</p> <p>Tais situações dizem respeito, respectivamente, aos princípios da</p> <p>(A) especialização e da universalidade.          (B) unidade e da não-afetação.          (C) anterioridade e da exclusividade.          (D) não-afetação e da especificação.          (E) universalidade e da finalidade.</p>
<p>52. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a nulidade fundada em incompetência de foro deverá ser</p> <p>(A) argüida obrigatoriamente pelas partes até a prolação de sentença sob pena de preclusão, por expressa determinação legal.</p> <p>(B) argüida obrigatoriamente pelas partes em contestação sob pena de preclusão, por expressa determinação legal.</p> <p>(C) argüida pelas partes através de exceção sob pena de preclusão, mas o processo não será suspenso, uma vez há vedação expressa em lei neste sentido.</p> <p>(D) declarada <i>ex officio</i> e nesse caso, serão considerados nulos os atos decisórios.</p> <p>(E) argüida obrigatoriamente pelas partes até o encerramento da audiência de instrução sob pena de preclusão, por expressa determinação legal.</p>	<p>55. Especificamente, quanto ao fim que se considere para a destinação dos recursos financeiros é correto afirmar que o orçamento público deve ser classificado em orçamento</p> <p>(A) capital, que corresponde às operações relativas à manutenção e funcionamento dos serviços e obras já existentes.</p> <p>(B) funcional, como sendo a espécie de orçamento em que os recursos se relacionam a objetivos, metas e projetos de um plano de governo.</p> <p>(C) corrente, que corresponde às operações relativas à aquisição de bens ou relativas à realização de obras produtivas.</p> <p>(D) desempenho, como sendo aquele que estima e autoriza as despesas pelos produtos finais a obter ou tarefas a realizar.</p> <p>(E) programa, como sendo aquele que estima e autoriza as despesas por funções, as atividades exercidas pelo Estado e administrados.</p>
<p>53. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Embargos à execução e sua impugnação:</p> <p>I. Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado dez dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.</p> <p>II. A matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.</p> <p>III. Julgar-se-ão em sentenças separadas os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.</p> <p>IV. Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.          (B) II, III e IV.          (C) II e IV.          (D) I e II.          (E) III e IV.</p>	<p>56. No que diz respeito aos orçamentos no regime constitucional, NÃO é vedado, entre outras situações,</p> <p>(A) a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes.</p> <p>(B) a instituição de fundos de qualquer natureza, com prévia autorização legislativa.</p> <p>(C) o início de programas ou projetos excluídos da lei orçamentária anual.</p> <p>(D) a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários.</p> <p>(E) a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.</p> <p>57. Dentre outras, é peculiaridade constitucional do processo legislativo orçamentário</p> <p>(A) a aprovação do projeto orçamentário pelo Senado Federal e a obrigatoriedade de sua sanção pelo Poder Executivo.</p> <p>(B) o não cabimento da apresentação de qualquer emenda na Comissão Mista.</p> <p>(C) a atuação da Comissão Mista caracterizada pela sua temporariedade e representação por integrantes de partidos políticos.</p> <p>(D) a competência privativa da Câmara dos Deputados para emitir parecer sobre o projeto orçamentário.</p> <p>(E) a aplicação subsidiária das normas referentes ao processo legislativo comum.</p>

58. Nos termos da Lei nº 4.320 de 17/03/64, em relação ao exercício financeiro, é correto afirmar que
- (A) também pertencem ao exercício financeiro, que pode coincidir com o ano civil, todas as despesas, sejam elas regulares ou irregulares, ainda que ilegalmente empenhadas.
  - (B) os créditos da Fazenda Pública são restritos aos ingressos de natureza tributária, podendo ser escriturados, de preferência, como receita do presente ou do subsequente exercício.
  - (C) reverte à dotação a importância de despesa anulada no exercício; quando a anulação ocorrer após o encerramento deste, considerar-se-á receita do ano em que se efetivar.
  - (D) consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas até o dia 1º de janeiro, sem distinção das processadas e não processadas.
  - (E) determinando-se a região onde ocorreu a despesa, a Dívida Ativa da União será apurada e inscrita na respectiva Procuradoria da Fazenda Estadual.

59. Nos termos da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, em matéria de receita pública, é correto afirmar:
- (A) Só será admitida a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
  - (B) As previsões de receita também deverão apresentar demonstrativo de sua evolução nos últimos dois anos e da projeção para o ano seguinte.
  - (C) As receitas serão desdobradas, em até 60 (sessenta) dias, pelos ordenadores da despesa, em metas trimestrais de arrecadação.
  - (D) Até sessenta dias após a publicação do orçamento as receitas previstas pelo Poder Executivo, serão desdobradas em metas trimestrais de arrecadação.
  - (E) A concessão de incentivos de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, também se aplica ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

60. Tendo em vista a dívida e o endividamento, nos termos da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, analise:
- I. A dívida pública consolidada consiste no montante total ou parcial apurado em duplicidade das obrigações financeiras, e assumidas em virtude de lei ou contrato, excluídas as operações de crédito, para amortização em prazo inferior a doze meses.
  - II. O refinanciamento da dívida mobiliária consiste na emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
  - III. A operação de crédito é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ela vinculada.
  - IV. A dívida pública mobiliária é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.